

## **CAPÍTULO III – LEGISLAÇÃO REFERENTE A APA**

Nos últimos anos, o Direito e a questão ambiental defrontaram-se de maneira explícita. A realidade viva e a mutante requereu e impôs novas normas de condutas individuais e coletivas. Em termos de modernidade, o meio ambiente surge como uma nova instituição, pois como tal é reconhecida em documentos legais.

### **3.1 - ESFERA FEDERAL**

Cabe à Constituição Federal, como lei fundamental, traçar o conteúdo e limites da ordem jurídica. É por isso que, direta ou indiretamente, é possível localizar na norma constitucional os fundamentos da proteção do meio ambiente.

Inicialmente, vale tecer comentários sobre a Constituição Federal - conjunto de preceitos imperativos fixadores de deveres e direitos e distribuidores de competências, que dão estrutura social a um povo - para depois analisarmos as leis e demais normas emanadas de nossa Lei Maior, nas esferas federal, estadual e municipal, no que possam de alguma forma, dizer respeito ao objeto de nosso estudo – Área de Proteção Ambiental da Lagoa de Iriry, passando então à legislação de caráter específico.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, que trata do Meio Ambiente, estabelece que:

*"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e à coletividade o de preservá-lo para a presente e futuras gerações.*

*§1º- Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:*

*I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;*

*III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;.. "*

Cuida-se, aqui, de garantir, por meio de ações conjugadas de todas as esferas e modalidades do Poder Público, o que se encontra em boas condições originais e recuperar o que foi degradado, o que significa dizer que os processos inerentes à estrutura e ao funcionamento dos ecossistemas serão mais saudáveis quanto mais se aproximarem do seu funcionamento natural, com ou sem intervenções humanas.

É evidente que os elementos naturais presentes nos assentamentos humanos merecem cuidados peculiares, até porque a pressão e a demanda exercidas sobre eles é marcante. Daí a necessidade e grande importância dos programas de saneamento, de conservação e utilização racional dos recursos.

Vale salientar que prover o manejo ecológico das espécies significa lidar com elas de modo a conservá-las e recuperá-las, se possível.

Os espaços territoriais especialmente protegidos, a que se refere o inciso III do art. 225 da Constituição Federal, figuram no rol dos instrumentos da política nacional do meio ambiente, por força da determinação da Lei 6938/81, art. 9º. Vale dizer que espaço territorial especialmente protegido é um dos instrumentos jurídicos para a implementação do direito constitucional ao ambiente sadio e equilibrado, em particular no que tange à estrutura e funções dos ecossistemas.

Na prática, eles se confundem com as unidades de conservação, ou seja, aquelas áreas de interesse ecológico que, por características naturais relevantes, recebem tratamento legal próprio, reduzindo a possibilidade de intervenções danosas ao meio ambiente.

- Lei 6938, de 31 de Agosto de 1981.

Esta Lei, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, é o principal instrumento administrativo posto a serviço do Poder Público para a proteção dos espaços territoriais "a serem especialmente protegidos",

A proteção destes espaços encontra previsão no art. 9º da Lei 6938/81:

*" São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:*

*II - o zoneamento ambiental;*

*VI - a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas; ..."*

O zoneamento ambiental é de suma importância, pois ele classificará, ordenará e limitará o uso e atividade que venha a ser exercida em uma determinada área.

Os espaços especialmente protegidos são os Parques e Estações Ecológicas, as Reservas Ecológicas e Extrativistas, as Áreas de Proteção Ambiental e de Proteção aos Mananciais, e outras formas de Unidades de Conservação, instituídas por ato normativo específico do Poder Público, em razão da necessidade de proteger determinado ecossistema dotado de características consideráveis, nos termos do art. 225, § 1º, III da Constituição Federal.

Nesses casos, as florestas e demais formas de vegetação só poderão ser utilizadas e exploradas desde que não se contrariem as disposições do Código Florestal e não se comprometa os atributos que justifiquem a especial proteção desses espaços, observadas as disposições pertinentes ao seu regime jurídico estabelecido por ato normativo específico.

- Lei 4771/65 (Código Florestal).

Neste diploma legal o legislador preocupou-se em atender diversos fins ao classificar as florestas de preservação permanente e procurou acentuar a idéia de

preservação e permanência dessas coberturas arbóreas em razão de suas funções protetoras.

Para efeitos desse Código, entende-se por área de preservação permanente a área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas.

O art. 2º desta norma estabelece que consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

*b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios de águas naturais ou artificiais.*

- Lei 6902, de 27 de abril de 1981.

A Lei 6902/81 dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências. Foi regulamentada pelo Decreto 99274/90.

Segundo estabelece o art. 9º desta norma, em cada APA, dentro dos princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade, o Poder Executivo estabelecerá normas visando limitar ou proibir algumas atividades, tais como:

- a) a implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água;*
- b) a realização de obras de terraplanagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em alteração das condições ecológicas do local;*
- c) o exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ou um acentuado assoreamento das coleções hídricas;*
- d) o exercício de atividades que ameacem extinguir na área protegida as espécies da biota regional.*

- Resolução CONAMA 10/88.

A Resolução CONAMA 10/88 dispõe sobre as áreas de proteção ambiental. O art. 1º desta norma define área de proteção ambiental como sendo unidade de conservação, destinada a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e objetivando a proteção dos ecossistemas regionais.

Com o objetivo de atender todas as suas peculiaridades, as APA's terão sempre um zoneamento ecológico-econômico, que estabelecerá normas de uso, de acordo com as condições locais bióticas, geológicas, urbanísticas, agropastoris, extrativistas, culturais e outras, segundo determina o art 2º da Resolução acima mencionada.

- Decreto 4297/2002.

O Decreto 4297/2002, que regulamentou o art. 9º, inciso II, da Lei 6938/81, que trata do zoneamento ambiental, estabeleceu critérios para o zoneamento ecológico-econômico, previsto na Resolução CONAMA 10/88, que dispõe sobre APA.

O zoneamento ecológico-econômico – ZEE – é um instrumento de organização do território que estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

Segundo determina o parágrafo único do art. 3º do Decreto 4297/2002, o ZEE, na distribuição espacial das atividades econômicas, levará em conta a importância ecológica, as limitações e as fragilidades dos ecossistemas, estabelecendo vedações, restrições e alternativas de exploração de atividades incompatíveis com suas diretrizes gerais. O art. 5º deste Decreto estabelece que:

*O ZEE orientar-se-á pela Política Nacional do Meio Ambiente, estatuída nos arts. 21, inciso IX, 170, inciso VI, 186, inciso II, e 225 da Constituição, na Lei 6938/81, pelos diplomas legais aplicáveis e, obedecerá aos princípios da função sócio-ambiental da propriedade, da prevenção, da precaução, do poluidor-pagador, do usuário-pagador, da participação informada, do acesso equitativo e da integração.*

A fim de compatibilizar a preservação dos ecossistemas protegidos, com a utilização dos benefícios neles advindos é que são elaborados estudos das diretrizes do manejo ecológico, determinando o zoneamento da APA, caracterizando cada uma de suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com as suas finalidades. É por este motivo que o Plano de Manejo Ambiental da APA da Lagoa de Iriry foi elaborado.

Vale salientar que a área em estudo encontra-se nos limites da Praia de Costa Azul.

- Constituição.

Pela Constituição Federal de 1988, a zona costeira é considerada patrimônio nacional, sendo a sua utilização somente permitida na forma da lei, dentro das condições que assegurem a preservação do ambiente.

A Constituição Estadual do Rio de Janeiro, em seu artigo 269, inciso II, contemplou a zona costeira, considerando-a como área de relevante interesse ecológico, cuja utilização dependerá de prévia autorização dos órgãos públicos, desde que preservados seus atributos essenciais.

- Lei 7661/88.

Devido à esta localização, é oportuno referenciar a Lei federal nº 7661/88, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Segundo ele,

considera-se zona costeira o espaço geográfico de interação do ar, mar e terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre definidas pelo Plano. Ainda segundo esta Lei, o PNGC tem por fim orientar a utilização racional dos recursos na zona costeira. Para tanto, deverá dispor sobre o zoneamento de usos e atividades na zona costeira, contemplando os aspectos relativos à urbanização, ocupação e uso do solo, subsolo, das águas, parcelamento do solo, além de recreação e lazer.

Segundo o art. 3º da Lei acima mencionada, ao prever o zoneamento de usos e atividades na zona costeira, o PNGC deverá priorizar a conservação e proteção, ente outros, dos seguintes bens:

*I – recursos naturais, renováveis e não renováveis; recifes, parcéis e bancos de algas; ilhas costeiras e oceânicas; sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, baías e enseadas; praias; promontórios, costões e grutas marinhas; restingas e dunas; florestas litorâneas, manguezais e pradarias submersas.*

- Resolução 303/2002.

A Resolução CONAMA 303/2002 estabelece parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. A justificativa jurídica para que tal norma fosse editada considerou:

- *a função sócio-ambiental da propriedade prevista nos arts. 5º, XXIII, 170, VI, 182, § 2º, 186, II e 225 da Constituição Federal;*

- *a necessidade de regulamentação do art. 2º da Lei 4771/65 (Código Florestal) no que tange às áreas de preservação permanente;*
  - *as próprias áreas de preservação permanente e outros espaços territoriais especialmente protegidos, como instrumentos de relevante interesse ambiental, que integram o desenvolvimento sustentável, objetivo este das presentes e futuras gerações.*
- Lei 9985/2000.

Lei federal 9985/2000 (institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) regulamentada pelo Decreto federal 4340/2002.

Além de instituir o SNUC, esta Lei regulamenta os incisos I, II, III e VII do art. 225, da Constituição Federal. O SNUC estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Dentre os objetivos do SNUC elencados no art. 4º da Lei específica, vale salientar os seguintes incisos:

*III – contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;*

*V – promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;*

*XII – favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.*

- Decreto 4340/2002.

O Decreto 4340/2002, que regulamentou a Lei do SNUC, dispõe em seu texto legal – art. 25, um capítulo que trata da autorização para a exploração de bens e serviços inerentes às unidades de conservação, segundo os objetivos de cada categoria de unidade. No caso específico, entende-se por bens ou serviços, aqueles destinados a dar suporte físico e logístico à sua administração, tais como: visitação, recreação e turismo.

Tais objetivos acima citados justificam a função do presente estudo, pois além de assegurar mecanismos e procedimentos necessários à conservação do ecossistema, incentiva também a participação da sociedade para o desenvolvimento da educação e conscientização ambiental, em consonância com uma área que ofereça vários tipos de lazer, inclusive o recreativo.

As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas, segundo determina o art. 7º da Lei 9985/2000. São eles: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Constituem o grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:

Em seu art. 15, também está definido o conceito de Área de Proteção Ambiental - APA, cuja área é, em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importante para a qualidade de vida e o bem estar das populações humanas, tendo como objetivos básicos:

- proteger a diversidade biológica;
- disciplinar o processo de ocupação e;
- assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Resolução CONAMA 11/87 declara como Unidades de Conservação algumas categorias de sítios ecológicos de relevância cultural, criadas por atos do Poder Executivo, dentre eles:

*c) Áreas de Proteção Ambiental, especialmente suas zonas de vida silvestre e os corredores ecológicos.*

Todas as unidades de conservação devem dispor de uma Plano de Manejo, segundo dispõe o art. 27 da Lei 9985/2000. Daí a justificativa do presente estudo - o Plano de Manejo da APA da Lagoa de Iriry.

O Plano de Manejo abrangerá a área em estudo, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas. Para fins de esclarecimento e segundo a norma citada estabelece, denomina-se zona de amortecimento o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

Considerando a necessidade de estabelecer-se, com urgência, normas referentes ao entorno das unidades de conservação visando a proteção dos ecossistemas ali existentes, foi expedida a Resolução CONAMA 13/90, que estabeleceu a área de entorno de uma unidade de conservação no art. 2º:

*Art. 2º. Nas áreas circundantes das unidades de conservação, num raio de dez quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente.*

A definição de corredores ecológicos, também conforme a Lei do SNUC, são porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para a sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades de conservação.

São proibidas quaisquer atividades ou modalidades de utilização no interior da APA em estudo em desacordo com os seus objetivos contemplados no Plano de Manejo. Até que o mesmo seja aprovado pela Prefeitura Municipal de Rio das Ostras, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação (e no caso específico, a área em estudo) devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área, condições e meios

necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais. É o que dispõe o art. 27, § 1º, art. 28 e seu parágrafo único da Lei 9985/2000.

O Decreto 4340/2002, acima mencionado previu, em seu art. 31 e ss. a compensação por significativo impacto ambiental que possa ser causado na unidade de conservação. Para fins de fixação dessa compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei 9985/2000 – Lei do SNUC, o órgão competente pela aprovação do Plano de Manejo estabelecerá o grau de impacto a partir dos estudos ambientais realizados, considerando os impactos negativos, não mitigáveis e passíveis de riscos que possam comprometer a qualidade de vida de uma região ou causar danos aos recursos naturais.

A Lei 7347/85, disciplinou sobre a ação civil pública, instrumento jurídico de defesa por danos causados ao meio ambiente, medida esta que veio facilitar a apuração da responsabilidade objetiva dos danos ao meio ambiente.

A Lei 9605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente destinou um capítulo exclusivo sobre os crimes contra o meio ambiente e, nele inserido, está a seção II que dispõe sobre os crimes contra a flora.

O art. 40 da Lei 9605/98 e seus parágrafos estabelecem punição de reclusão de um a cinco anos, quem causar dano direto ou indireto às unidades de conservação. A ocorrência de dano afetando espécies ameaçadas de extinção no interior das unidades de conservação será considerada circunstância agravante para fixação da pena.

O art. 52 da Lei 9605/98, que também trata das unidades de conservação dispõe que penetrar nessas áreas conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem licença da autoridade competente é conduta criminosa, punível com detenção e multa.

A Lei 9605/98 – Lei de Crimes Ambientais, foi regulamentada pelo Decreto 3179/99.

### 3.2 - ESFERA ESTADUAL

Na esfera estadual, a Lei 3467/2000, dispõe sobre as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente. Nesta norma estão elencadas condutas que infringem à legislação ambiental, valorando as multas impostas em razão da prática do crime. Tal norma se aplica apenas no Estado do Rio de Janeiro.

Vale salientar a importância da Lei estadual nº 650/83, que dispõe sobre a Política Estadual de defesa e proteção das bacias fluviais e lacustres do Estado do Rio de Janeiro, que visa a preservação do ambiente e a utilização dos recursos naturais, no que concerne à proteção dos lagos e cursos d' água.

No caso específico, Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – SERLA determinou a demarcação da faixa marginal de proteção (FMP) da Lagoa de Iriry, conhecida também, como Lagoa da Coca-cola, presente na área em estudo. A mesma compreende uma faixa de 300 (trezentos) metros em torno da Lagoa. Tal

procedimento está perfeitamente dentro da norma, encontrando amparo legal na Lei 1130/87, que define as áreas de interesse especial do Estado do Rio de Janeiro, regulamentada pelo Decreto estadual 9760/87.

Alguns comentários referentes à Lei 1130/87 acima mencionada merecem destaque, pois cita a Lagoa de Iriry. Segundo o art. 3º desta norma, consideram-se de interesse especial do Estado as seguintes áreas:

*IV – áreas de proteção da orla marítima;*

*VI – áreas de proteção de rios, ilhas fluviais e lacustres, lagos, lagoas e reservatórios;*

*VIII – áreas de interesse turístico.*

A justificativa técnica e legal dos incisos acima descritos estão dispostos nos arts. 7º, 9º e 11.

Com relação às áreas de proteção da orla marítima, são assim consideradas, segundo a Lei 1130/97, aquelas que representam a continuidade territorial por força de formações geográficas específicas e outras áreas ali integradas, necessárias à ambiência do conjunto, como é o caso da APA de Iriry. Já no que se refere ao inciso VI do art. 3º da Lei 1130/87 (áreas de proteção de rios, ilhas fluviais e lacustres, lagos, lagoas e reservatórios) a Lei determinou que nesses ambientes, a área de interesse especial compreende uma faixa de 300 (trezentos) metros em torno dos lagos, lagoas e reservatórios, determinada a partir da orla ou do Plano de Alinhamento de Orla de Lagoas (PAL).

É importante ressaltar que as faixas marginais de proteção de rios, lagos, lagoas e reservatórios previstas no art. 9º da Lei 1130/87, são as faixas de terra necessárias à proteção, defesa, conservação e operação de sistemas fluviais e lacustres determinadas em projeção horizontal e considerados os níveis máximos de água, de acordo com os órgãos competentes.

O art. 11 da Lei 1130/87 define as áreas de interesse turístico, que são as superfícies territoriais e de todas as ilhas marítimas, lacustres e fluviais que concentram recursos paisagísticos que possam ser explorados turisticamente, cuja proteção é importante, tanto para a conservação das suas qualidades ecológicas, como para a perpetuação das atividades de recreação e lazer decorrentes do turismo. Essas áreas são classificadas conforme os tipos de recursos que se apresentam grupados, da seguinte forma:

- a. faixa da orla marítima;
- b. faixa de entorno de lagos, lagoas, reservatórios e ilhas lacustres e fluviais;
- c. áreas protegidas por legislação específica, que é o caso da APA da Lagoa de Iriry.

O art. 13 da Lei 1130/87 vem a confirmar e ressaltar uma das características da área de interesse especial, que são aquelas protegidas por legislação específica federal, estadual e municipal, em que estão inseridas as áreas de proteção ambiental. Assim como a norma acima citada, o Decreto estadual nº 2330/79, também instituiu normas para a proteção dos cursos d' água, cujo instrumento para tal proteção é delimitação da faixa marginal de proteção.

### 3.3 – ESFERA MUNICIPAL

Em matéria municipal, a análise da legislação se faz importante, principalmente, no que se refere à Lei 740/2003, que criou a Área de Proteção Ambiental – APA da Lagoa de Iriry. O objetivo da criação desta unidade de conservação é disciplinar o processo de ocupação da área, a fim de proteger a diversidade biológica, bem como proteger as bacias hidrográficas ali existentes, de forma a assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais e a qualidade de vida. Essa Lei definiu a área da APA em 849.873,00 m<sup>2</sup>, com perímetro de 5.473,64 m, conforme descrição presente no Anexo II do diploma legal citado.

Na área em estudo existe ocupação antrópica, daí a importância e justificativa do Plano de Manejo, cujo objetivo maior é ordenar o espaço, de modo a harmonizar e ordenar a ocupação humana com a paisagem e beleza local, por se tratar de uma área de proteção ambiental. Cabe à Prefeitura local a *gestão* e fiscalização da APA da Lagoa de Iriry, conforme estabelece o art. 9º da Lei de criação da APA.

A Lei Orgânica do Município de Rio das Ostras, promulgada em 9 de julho de 1994, dispõe em seu art. 235, que o Município deverá atuar no sentido de assegurar a todos os cidadãos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Para tanto, deve o Município definir o zoneamento e diretrizes gerais de ocupação que assegurem a proteção do ambiente. Em atendimento a este dispositivo legal (art. 237) o Plano de Manejo da APA da Lagoa de Iriry

elaborado, se encontra em consonância, também, com a legislação estadual e federal.

Não se pode esquecer da importância da educação ambiental, promovida em todas as esferas federativas e em todos os níveis de ensino, conforme estabelece a Constituição Federal.

A educação ambiental fará parte dos objetivos principais do manejo do APA de Iriry, contemplado no estudo ora realizado. A educação ambiental deve ser considerada como uma atividade destinada a despertar e formar a consciência ecológica para o exercício da cidadania. A Lei 9795/99 instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, com o objetivo de dar seqüência e eficácia aos arts. 205 e 225 da Constituição Federal que dedica aspectos sobre a educação ambiental.

Pode-se dizer que sob o aspecto não forma, a educação ambiental refere-se aos processos e ações de educação fora do ambiente escolar, muito incentivada pela UNESCO, como fator de desenvolvimento humano e continuado.

Essa modalidade de educação possui grande aplicabilidade na educação popular, contribuindo para aperfeiçoar a consciência dos problemas ambientais e buscar soluções práticas para tais problemas, a partir da própria comunidade em que o cidadão está inserido.

Conclui-se, portanto, que os cidadãos têm necessidade de viver em um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado. Tal objetivo é dotado de uma dimensão política, como todo dispositivo legal deve ter, promovendo e incentivando a educação ambiental de toda a sociedade e o compromisso do poder público em implementar um processo de gestão compartilhada, onde os cidadãos e as autoridades públicas seriam responsáveis por uma ambiente que garanta uma sadia qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.